



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO**



Documento Assinado Digitalmente por: Francisco Jose dos Anjos Bandeira de Mello, CARLEIDE MARIA BEZERRA  
Acesse em: <https://etce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4daad54e-3e51-4666-ad67-9ef117c4f651

# **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
UGE 070001**

20  
25



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

### **SUMÁRIO**

1. Informações Gerais.....	03
2. Base das Demonstrações Contábeis.....	03
2.1. Principais Práticas Contábeis.....	04
2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04
2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo.....	04
2.1.2.1 – Metodologia de cálculo – Ajuste para perdas.....	04
2.1.3 Estoques.....	05
2.1.4 Créditos a Longo Prazo.....	05
2.1.5 Imobilizado.....	05
2.1.5.1 Bens Móveis.....	06
2.1.5.2 Bens Imóveis.....	06
2.1.6 Intangível.....	06
2.1.7 Passivo Circulante.....	06
2.1.8 Passivo Não Circulante.....	07
2.1.9 Apuração do Resultado .....	07
3. Balanço Patrimonial.....	08
3.1. Balanço Patrimonial - MCASP.....	08
3.2. Quadro Analítico do Balanço Patrimonial – Resolução TCE nº 024/2017.....	14
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	15
5. Balanço Orçamentário.....	19
5.1. Balanço Orçamentário – MCASP.....	19
5.2. Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	21
6. Balanço Financeiro.....	22
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) .....	23
8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos.....	24



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

### **1. Informações Gerais**

Órgão do Poder Judiciário do Brasil, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tem sua sede em Recife e jurisdição em todo estado.

Conta com uma força de trabalho de 58 desembargadores, 517 juízes de direito e 7.958 servidores efetivos, contemplando os comissionados e à disposição, todos dedicados à prestação jurisdicional e à promoção da paz social.

O funcionamento do Poder Judiciário é garantido pelo orçamento público (LOA), com recursos provenientes de repasses do Poder Executivo estadual, por meio de duodécimos, bem como de arrecadação própria.

A operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE).

Em cumprimento à legislação e à promoção do controle social, o Poder publica anualmente seu conjunto de demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

### **2. Base das Demonstrações Contábeis**

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Demonstrações foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambas publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Tais demonstrações referem-se ao exercício de 2025, último ano de gestão do presidente desembargador Ricardo Paes Barreto, e são apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Foram elaboradas por unidade gestora do Poder, a partir das informações registradas no Sistema Corporativo e-Fisco Financeiro, do Poder Executivo estadual. Estas notas referem-se à Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 - Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Sistematicamente, os bens adquiridos com recursos do FERM-PJPE são transferidos para a unidade gestora TJPE, nos termos do § 1º, art. 6º da Instrução de Serviço nº 7/2013, alterada pelo art. 1º da Instrução de Serviço nº 2/2016, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado.

Para uma adequada análise global dos resultados do Poder, sugere-se que as demonstrações sejam observadas conjuntamente com as demonstrações consolidadas publicadas no Portal de Transparência do Poder Judiciário.

### **2.1. Principais Práticas Contábeis**

**2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa** - Compreendem a disponibilidade financeira e são mensurados ou avaliados pelo valor original, em moeda nacional. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Destaca-se ainda nesse grupo os depósitos restituíveis e valores vinculados, que compreendem o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro relacionado aos recursos financeiros sob a guarda do Poder para o pagamento de precatórios pertencentes aos Entes / Entidades do Estado de Pernambuco, bem como à autarquia federal.

**2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo** - São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Os direitos a receber registrados neste grupo referem-se principalmente a (I) acordos com servidores e ex-servidores, (II) multas por descumprimento contratual, (III) convênios de cessão de pessoal, entre outros.

**2.1.2.1 – Metodologia de cálculo - Ajuste para Perdas** - Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas, tanto para os créditos de curto prazo quanto de longo prazo.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

O MCASP não definiu, nas suas últimas edições, metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Desta forma, o registro que vem sendo realizado pelo Poder desde 2015 tem como base orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2025	2024	2023
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

**2.1.3 Estoques** - Compreendem os materiais de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, abarcando, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

**2.1.4 Créditos a Longo Prazo** - Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.

A metodologia de cálculo do ajuste de perdas utilizada é mesma para créditos a curto prazo e encontra-se detalhada no item 2.1.2.1.

**2.1.5 Imobilizado** - Item tangível mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando daqueles obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

O imobilizado sofre o registro da depreciação, que representa a redução do valor dos bens corpóreos pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

**2.1.5.1 Bens Móveis** - Os bens estão reconhecidos a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Patrimônio e Suprimentos. Em 2021, os bens adquiridos a partir de 01/01/2011 passaram a ser depreciados, adotando-se o método de cotas constantes. Em relação aos bens adquiridos anteriormente à data de corte, até 31/12/2010, a comissão constituída definiu os critérios de avaliação, de acordo com a IN nº 11/2021, restando pendente o reflexo desse ajuste no sistema de Patrimônio, bem como da respectiva depreciação, dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas contábeis vigentes.

**2.1.5.2 Bens Imóveis** - A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada, desde 2016, com base na vida útil informada pela DEA, conforme método de cotas constantes.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, estão registrados no patrimônio deste.

**2.1.6 Intangível** - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Corresponde em sua totalidade a softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, sendo amortizados pelo método de cotas constantes, quando possuem vida útil definida, ou seja, existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, é adotado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

**2.1.7 Passivo Circulante** - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as obrigações com pessoal, como as férias, apropriadas mensalmente por competência e verbas de exercícios anteriores devidas a magistrados, a exemplo do adicional por tempo de serviço (ATS) e licenças compensatórias, previstas para pagamento no curto prazo. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores na sua forma indenizada, de acordo com a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

**2.1.8 Passivo Não Circulante** - As obrigações de longo prazo são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado.

**2.1.9 Apuração do Resultado** - A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

**Resultado patrimonial** - Decorre da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

**Resultado orçamentário** - O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

**Resultado financeiro** - Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

### **3. Balanço Patrimonial**

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

#### **3.1. Balanço Patrimonial - MCASP**

**Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa** – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional.

Descrição	2025	2024
Conta Única	538.946,36	304.588,69
Contas Movimento	0,70	0,04
CDB/RDB	52.580.930,63	89.741.233,58
Fundos de Aplicação Financeira	27.432.617,17	38.675.371,28
Precatórios sob a guarda do TJPE	133.567.468,12	36.432.649,02
Total	214.119.962,98	165.153.842,61

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo** – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

Descrição	2025	2024
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.664.142,10	3.664.142,10
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) <sup>1</sup>	(3.579.134,00)	(3.577.668,35)
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.867.048,88	1.838.566,49
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores <sup>1</sup>	(1.823.733,35)	(1.795.176,32)
Convênio de Cessão de Pessoal	2.183.031,80	1.799.095,57
Outros Créditos a Receber <sup>2</sup>	6.240.835,11	1.200.084,27
<b>Total</b>	<b>8.552.190,54</b>	<b>3.129.043,76</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> O ajuste corresponde a 97,68%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1.

<sup>2</sup> Do saldo registrado em 2025, 99,99% refere-se a créditos a receber da unidade gestora FERM-PJPE. A composição do montante detalha-se conforme segue: R\$ 3.927.175,73, referente à folha de pagamento com execução orçamentária na UG FERM e processamento financeiro realizado pela UG TJPE; R\$ 1.623.430,20, relativo a receitas do FUNSEG arrecadadas pela UG FERM e pendentes de repasse; R\$ 690.125,05, correspondente a cauções retidas em pagamentos de fornecedores realizados pela UG FERM, cujos valores devem ser transferidos para controle da UG TJPE; R\$ 104,13, referente a multas a recuperar.

**Nota 3 – Estoques** – O montante de R\$ 3.351.453,95 é composto por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Patrimônio e Suprimentos (93%) e o outro de materiais médico e odontológico (7%) gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

**Nota 4 – Realizável a Longo Prazo** – Compreende o valor a receber a título de Dívida Ativa não Tributária, relativo a multa contratual aplicada a fornecedores e arrendatários, multa por penalidade aplicada a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução.

Descrição	2025	2024
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	4.089.450,52	3.741.035,61
( - ) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária <sup>1</sup>	(4.064.913,82)	(3.716.344,77)
<b>Total</b>	<b>24.536,70</b>	<b>24.690,84</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> O ajuste representa a 99,40%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1.

**Nota 5 – Imobilizado** – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade gestora TJPE.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

Descrição	2025	2024	Crescimento %
	(a)	(b)	(c) = (a - b) / b*100
Bens Imóveis	789.197.168,49	775.630.697,16	1,75%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(88.777.844,88)	(79.215.294,20)	12,07%
Bens Móveis	363.153.211,81	335.109.563,75	8,37%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(149.815.348,60)	(140.760.891,60)	6,43%
<b>Total</b>	<b>913.757.186,82</b>	<b>890.764.075,11</b>	<b>2,58%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente.

Bens Móveis - Detalhamento	2025	2024	Variação 2025 / 2024
Valor Contábil Bruto inicial (I)	335.109.563,75	292.203.676,81	14,68%
Adições - Aquisições e/ou Bens Recebidos (II)	53.408.257,24	44.919.442,20	18,90%
Baixas/Desincorporações e Doações no Período (III)	(25.364.609,18)	(2.013.555,26)	1159,69%
Valor Contábil Bruto final (IV) = (I + II + III)	363.153.211,81	335.109.563,75	8,37%
Bens de Informática	163.398.502,71	149.239.021,36	9,49%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	86.048.444,36	73.282.348,00	17,42%
Móveis e Utensílios	70.010.848,88	72.252.938,33	-3,10%
Veículos	41.460.932,30	38.176.637,07	8,60%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	1.758.921,49	1.714.056,92	2,62%
Obras de Arte e Peças para Exposição	475.562,07	444.562,07	6,97%
Depreciação Acumulada Inicial (V)	(140.760.891,60)	(127.526.797,06)	10,38%
Depreciação Reconhecida no Período (VI)	(17.083.298,29)	(13.951.342,63)	22,45%
Baixas de Depreciação Acumulada (VII)	8.028.841,29	717.248,09	1019,40%
Depreciação Acumulada Final (VIII) = (V + VI + VII)	(149.815.348,60)	(140.760.891,60)	6,43%
Bens de Informática	(80.804.639,30)	(75.488.259,39)	7,04%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(28.961.187,32)	(27.775.613,99)	4,27%
Móveis e Utensílios	(28.332.601,57)	(27.676.786,11)	2,37%
Veículos	(10.573.704,62)	(8.685.633,56)	21,74%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	(1.143.215,79)	(1.134.598,55)	0,76%
Valor Contábil Líquido de Bens Móveis (IX) = (IV) + (VIII)	213.337.863,21	194.348.672,15	9,77%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

Bens Imóveis - Detalhamento	2025	2024	Variação 2025 / 2024
Valor Contábil Bruto inicial (I)	775.630.697,16	758.798.981,31	2,22%
Adições (II)	17.779.177,27	22.994.882,21	-22,68%
Baixas (III)	(4.212.705,94)	(6.163.166,36)	-31,65%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	789.197.168,49	775.630.697,16	1,75%
Edificações em Geral	597.766.017,09	588.203.331,50	1,63%
Terrenos com Edificações	111.779.031,89	112.542.730,89	-0,68%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	28.159.903,75	28.159.903,75	0,00%
Obras em Andamento	26.419.327,50	23.776.955,17	11,11%
Instalações	13.195.884,14	11.706.864,75	12,72%
Terrenos sem Edificações	8.698.045,50	8.974.392,50	-3,08%
Instalações em Andamento	1.740.449,66	902.029,80	92,95%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	-
Estudos e Projetos	148.807,40	74.787,24	98,97%
Depreciação Acumulada Anterior (V)	(79.215.294,20)	(69.483.066,51)	14,01%
Depreciação Reconhecida no Período (VI)	(10.092.823,83)	(10.218.249,32)	-1,23%
Baixas de Depreciação Acumulada (VII)	530.273,15	486.021,63	9,10%
Depreciação Acumulada no Final do Período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(88.777.844,88)	(79.215.294,20)	12,07%
Valor Contábil Líquido de Bens Imóveis (IX) = (IV) + (VIII)	700.419.323,61	696.415.402,96	0,57%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 6 – Intangível** – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.

Softwares - Detalhamento	2025	2024	Variação 2025 / 2024
Valor Contábil Bruto inicial (I)	30.330.730,70	29.820.974,51	1,71%
Adições (II)	6.142.131,70	1.815.145,96	238,38%
Baixas (III)	(668.399,92)	(1.305.389,77)	-63,14%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	35.804.462,48	30.330.730,70	18,66%
Amortização Acumulada anterior (V)	(16.803.300,97)	(16.318.615,64)	2,97%
Amortização Reconhecida no período (VI) <sup>1</sup>	-	(484.685,33)	-100,00%
Baixas de Amortização acumulada (VII)	187.294,12	-	-
Amortização Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(16.616.006,85)	(16.803.300,97)	1,11%

(Continua)



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

(Continuação)			
Valor Contábil Líquido de Softwares (IX) = (IV) + (VIII)	19.188.455,63	13.527.429,73	40,46%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup>Sobre a amortização reconhecida no período, ver nota 7 – DVP.

**Nota 7 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo** – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como encargos a pagar e benefícios aos quais o servidor tenha direito, entre outros.

Descrição	2025	2024	Varição 2025 / 2024
Pessoal de Exercícios Anteriores <sup>1</sup>	225.444.251,26	223.245.314,98	0,98%
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil <sup>2</sup>	143.278.654,03	126.782.363,16	13,01%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil <sup>2</sup>	42.318.074,93	37.732.882,61	12,15%
Férias - Contribuição Patronal RPPS <sup>2</sup>	29.567.841,83	26.279.995,42	12,51%
Licença Prêmio <sup>2</sup>	12.127.601,84	11.329.896,28	7,04%
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil <sup>2</sup>	6.315.667,17	5.417.044,09	16,59%
Contribuição Patronal INSS	1.198.325,43	979.426,68	22,35%
Pessoal a Pagar pela UG	1.192.400,00	762.833,23	56,31%
Contribuição Patronal ao FUNAPREV	1.090.936,32	1.725.155,51	-36,76%
Férias – Contribuição Patronal INSS <sup>2</sup>	725.022,11	621.091,25	16,73%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	642.989,66	659.477,13	-2,50%
Previdência Complementar a Pagar (BB-Prev)	64.308,45	69.213,39	-7,09%
<b>Total</b>	<b>463.966.073,03</b>	<b>435.604.693,73</b>	<b>6,51%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> O valor corresponde a verbas de pessoal referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, com expectativa de pagamento no curto prazo. Decorrentes de decisões anteriores a 2024, há os saldos referente a Parcela Autônoma de Equivalência (P.A.E.) – R\$ 292.927,95 e Auxílio Alimentação – R\$ 296.552,59. O saldo restante resulta de decisões publicadas no Diário de Justiça Eletrônico (Dje) em 2024, relativa a Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – R\$ 79.732.707,72 (Dje nº 289/2024) e Licenças Compensatórias – R\$ 145.122.063,00 (Dje nº 231/2024).

<sup>2</sup> Refere-se à apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

**Nota 8 – Demais Obrigações a Curto Prazo** – Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros.

Descrição	2025	2024
Precatórios sob a Guarda do TJPE – Entes e Entidades	133.567.468,12	36.432.649,02
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	27.161.635,53	24.363.870,62
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	20.591.898,06	24.807.234,68
(Continua)		



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

		(Continuação)
Pessoal a Pagar pela UG <sup>1</sup>	-	13.451.737,65
Depósitos de Terceiros e cauções	1.730.603,88	626.430,29
Demais consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	688.089,01	494.454,26
Demais Obrigações	77.491,61	438.929,74
<b>Total</b>	<b>183.817.186,21</b>	<b>100.615.306,26</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Sistemática de contabilização da folha de pagamento, definida pelo Poder Executivo, foi modificada em 2023, gerando saldo de pessoal a pagar no grupo “Demais Obrigações a Curto Prazo” em 2024.

**Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo** – Compreende as verbas de pessoal referentes a exercícios anteriores devidas a magistrados, com valores atualizados em 2025, com expectativa de pagamento no longo prazo, decorrentes de decisões publicadas no Diário de Justiça Eletrônico (Dje) abrangendo o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), conforme Dje nº 289/2024, e Licenças Compensatórias, conforme Dje nº 231/2024, que em 31/12/25 importaram em R\$ 390.327.777,43 e R\$ 574.111.929,44, respectivamente.

**Nota 10 – Resultados Acumulados** – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade detalhado a seguir:

Descrição	2025	2024
Resultado do Exercício <sup>1</sup>	(231.765.222,75)	(969.664.160,63)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(38.984,40)	(265.965,86)
Subtotal	(231.804.207,15)	(969.930.126,49)
Resultado de Exercícios Anteriores	(225.811.157,78)	744.118.968,71
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(457.615.364,93)</b>	<b>(225.811.157,78)</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, a tabela a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros:

Descrição	2025	2024
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	-	(264.752,65)
Créditos a receber	(38.984,40)	(1.213,21)
<b>Total</b>	<b>(38.984,40)</b>	<b>(265.965,86)</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

**3.2. Quadro Analítico do Balanço Patrimonial**

Elaborado em atendimento ao item 11 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 301/2025, com a finalidade de evidenciar as contas relacionadas nos grupos do balanço patrimonial, indicados os respectivos atributos financeiro ou permanente, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
UNIDADE GESTORA : TRIBUNAL DE JUSTIÇA			
EXERCÍCIO : 2025	PERÍODO(MÊS) : Dezembro	Emitido em : 04/03/2026	Data realização : 04/03/2026
		Página 1 / 1	
		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>ATIVOS</b>			
Ativo Financeiro		220.360.798,09	166.353.926,88
Caixa e Equivalente de Caixa		214.119.962,98	165.153.842,61
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		6.240.835,11	1.200.084,27
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Ativo Permanente		938.632.988,53	911.861.388,60
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		2.311.355,43	1.928.959,49
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		3.351.453,95	5.616.233,43
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		-	-
Ativo Biológico		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		24.536,70	24.690,84
Investimento		-	-
Imobilizado		913.757.186,82	890.764.075,11
Intangível		19.188.455,63	13.527.429,73
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.158.993.786,62</b>	<b>1.078.215.315,48</b>
<b>PASSIVOS</b>			
Passivo Financeiro		191.499.831,51	104.825.541,43
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		4.188.959,86	4.196.105,94
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		3.493.685,44	14.129,23
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Adiantamentos a Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo		183.817.186,21	100.615.306,26
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
RPNP a Executar		-	-
Crédito Empenhado a Liquidar		-	-
Crédito Empenhado a Liquidar Inscrito em RPNP		-	-
Passivo Permanente		1.425.109.320,04	1.199.200.931,83
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		459.777.113,17	431.408.587,79
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		892.500,00	37.543,30
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Adiantamentos a Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo		-	-
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		964.439.706,87	767.754.800,74
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.616.609.151,55</b>	<b>1.304.026.473,26</b>
<b>Saldo Patrimonial</b>		<b>(457.615.364,93)</b>	<b>(225.811.157,78)</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

### **4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)**

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

**Nota 1 – Taxas** – Compreende a Receita Incidente sobre Emolumentos, espécie taxa, pertencente à fonte de recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG), Lei nº 16.521/2018.

**Nota 2 – Transferências e Delegações Recebidas** – Destacam-se os duodécimos repassados pelo Poder Executivo estadual, bem como as transferências de almoxarifado, bens móveis, bens imóveis e softwares recebidos do FERM-PJPE, em virtude de o controle patrimonial do Poder Judiciário ocorrer de forma centralizada na UG 070001 – TJPE. Essas transferências aparecem como concedidas no FERM-PJPE, anulando-se na demonstração consolidada do Poder. Adicionalmente, contempla o repasse de R\$ 2.445.586,65 oriundo de operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025. Esses valores são vinculados ao projeto de transformação digital do TJPE.

Descrição	2025	2024
Duodécimos Recebidos <sup>1</sup>	2.545.046.300,00	2.321.051.800,00
Outras Transferências Não Financeiras Recebidas <sup>2</sup>	42.382.276,40	-
Bens Móveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	29.174.581,72	41.355.958,42
Bens Imóveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	17.779.177,27	20.375.785,92
Repasse Financeiro Recebido	2.445.586,65	-
Softwares – Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	1.295.160,70	1.322.345,96
Almoxarifado - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	1.186.351,29	3.403.226,08
Transferências Intragovernamentais (i)	2.639.309.434,03	2.387.509.116,38
Transferências Intergovernamentais <sup>3(ii)</sup>	279.088,88	-
		(Continua)



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

		(Continuação)
Outras Transferências e Delegações Recebidas (iii)	-	2.619.096,29
Transferências e Delegações Recebidas (iii) = (i + ii + iii)	2.639.588.522,91	2.390.128.212,67

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Em 2025, contempla o recebimento de R\$ 2.514.846.300,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA (0500000000-Recursos não vinculados de Impostos), acrescido de R\$ 30.200.000,00, referente a créditos suplementares, autorizados pelo Decreto 58.847, de 19/06/2025, e pela Lei nº 19.126 de 19/12/2025.

<sup>2</sup> Refere-se a baixa de passivo de licenças compensatórias, por transferências de saldo da obrigação registrada na UG TJPE paga pela UG FERM, conforme execução orçamentária.

<sup>3</sup> Em 2025, referem-se à incorporação de bens doados pela União.

**Nota 3 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos** – Em 2025, o valor compreende a desincorporação de passivos, decorrente de ajustes no passivo de férias por competência (R\$ 49.856.426,35) e no passivo de licença prêmio (R\$ 587.226,36), cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar. Também compreende ganhos com incorporação de ativos (R\$ 5.000,00).

**Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** – Compreendem, principalmente, o ressarcimento de despesa com pessoal à disposição, conforme detalhado:

Descrição	2025	2024
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição e Encargos	4.003.437,56	3.062.367,32
Outras Indenizações e Restituições	1.127.203,12	1.318.201,98
Reversão de Ajustes de Perdas	-	59.846,11
VPAs Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	31.223,61	-
Total	5.161.864,29	4.440.415,41

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 5 – Pessoal e Encargos** – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios despendidos pela unidade gestora TJPE. A visão completa do gasto consta na demonstração consolidada do Poder, publicada no Portal de Transparência do TJPE.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

Descrição	2025	2024	% Variação 2025 / 2024
Remuneração a Pessoal <sup>1</sup>	2.184.810.897,64	2.696.769.795,87	-18,98%
Encargos Patronais	377.820.604,58	359.961.105,74	4,96%
Benefícios a Pessoal	175.607.634,18	163.815.343,45	7,20%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	25.191.285,78	68.924.622,79	-63,45%
Ressarcimento de pessoal cedido (Programa Jornada Extra de Segurança)	21.060.451,09	19.673.258,30	7,05%
Despesas com o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) <sup>2</sup>	23.532,71	44.259.919,56	-99,95%
Demais Variações	4.107.301,98	4.991.444,93	-17,71%
<b>Total</b>	<b>2.763.430.422,18</b>	<b>3.289.470.867,85</b>	<b>-15,99%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Inclui principalmente salário e vencimentos dos servidores e magistrados, 13º Salário, gratificações, férias, licenças compensatórias e abono de permanência. Compreende ainda a atualização em 2025 do saldo de verbas de pessoal registrado em 2024 referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, abrangendo as seguintes: Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – R\$ 5.641.747,32; e Licenças Compensatórias – R\$ 418.096.865,81.

<sup>2</sup> O Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado a servidores efetivos, foi previsto na Lei Estadual nº 18.145/2023 e regulamentado pela resolução TJ nº 497/2023. Observa-se que não houve concessão em 2025, havendo apenas pagamento residual de 2024.

**Nota 6 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais** – Evidenciam os valores pagos a título de auxílio saúde (97,97% do total), auxílio creche e auxílio funeral.

**Nota 7 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** – Evidencia o uso de material de consumo, serviços, depreciação de bens móveis e imóveis, além da amortização de intangível (softwares).

Descrição	2025	2024
Depreciação de Bens Móveis	17.079.122,28	13.951.645,52
Depreciação de Bens Imóveis	10.092.823,83	9.916.942,07
Uso de Material de Consumo	7.253.659,75	5.796.394,84
Serviços	752.525,60	338.398,47
Amortização de Intangível <sup>1</sup>	-	484.685,33
<b>Total</b>	<b>35.178.131,46</b>	<b>30.488.066,23</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> A variação significativa da amortização reconhecida no período decorre da mudança da forma de contratação para Software as a Service - SaaS (software como serviço), como também do fim da amortização de alguns softwares com vida útil definida.

**Nota 8 – Transferências e Delegações Concedidas** – Correspondem as transferências intragovernamentais, intergovernamentais e aquelas destinadas a instituições privadas.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

Descrição	2025	2024
Transferências a Instituições Privadas	15.325.200,58	1.174.073,47
Transferências Intragovernamentais	4.704.858,56	2.011.673,30
Transferências Intergovernamentais	2.176.098,76	3.231.024,50
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	728.698,36
<b>Total</b>	<b>22.206.157,90</b>	<b>7.145.469,63</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As transferências intragovernamentais abrangem as transações realizadas entre unidades gestoras do Poder (TJPE) e do Estado de PE, relativas a transferências de bens móveis e imóveis.

Por sua vez, as transferências intergovernamentais e as outras transferências e delegações concedidas compreendem a devolução de imóveis cedidos por municípios (R\$ 788.998,20), as doações de bens móveis concedidas à união (R\$ 97.913,13) e a municípios (R\$ 1.289.187,43).

Em relação às transferências para instituições privadas, destacam-se as doações de bens para diversas instituições privadas sem fins lucrativos, que correspondem a 93% do valor registrado. Os 7% restantes refere-se as transferências para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE (CAMPE), destinada a serviços de atendimento médico-odontológico para os magistrados do TJPE.

**Nota 9 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos –** Compreendem o ajuste para perdas, realizado na conta de dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.2.1, como também a desincorporação de ativos e perdas involuntárias.

Descrição	2025	2024
Desincorporação de Ativos Intangíveis	481.105,80	1.023.890,40
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	348.569,05	256.667,43
Desincorporação de Créditos a Receber não Tributários	306.704,04	109.188,68
Ajuste para Perdas em Créditos Não Tributários	30.022,68	35.087,95
Outras Desincorporações de Bens Móveis	1.424,73	175.600,30
Perdas Involuntárias	104,28	73.239,76
Outras Desincorporações de Imobilizado	-	39.668,27
Desincorporação de Dívida Ativa não Tributária	-	15.820,29
<b>Total</b>	<b>1.167.930,58</b>	<b>1.729.163,08</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

**Nota 10 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** – Compreendem as diversas variações patrimoniais diminutivas, relativas a despesas com militares inativos da guarda patrimonial.

### **5. Balanço Orçamentário**

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, nos termos do art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

#### **5.1. Balanço Orçamentário - MCASP**

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo. Dessa forma, ressalta-se as orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

Como consequência desse dispositivo, o Balanço do TJPE apresenta um déficit, justificado na Nota 1.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

**Nota 1 – Déficit Orçamentário** – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado na tabela abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = ( a – b )
44.484.210,29	2.624.643.515,81	(2.580.159.305,52)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Ressalta-se que as receitas realizadas foram em sua maioria advindas dos rendimentos de aplicação financeira, do ressarcimento de pessoal cedido e da receita da fonte de recurso FUNSEG, incidente sobre emolumentos.

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências financeiras recebidas, o resultado apresentado seria deficitário no valor de R\$ 32.667.418,87, suportado pelo uso de recursos de superávit financeiro apurado em exercícios anteriores, detalhado na nota 2.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Repassé Recebido <sup>1</sup>	Despesas Empenhadas	Déficit
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = ( a + b + c - d )
44.484.210,29	2.545.046.300,00	2.445.586,65	2.624.643.515,81	(32.667.418,87)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup>Repassé relativo à operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025, cujos valores são destinados ao projeto de transformação digital do TJPE. Representa receita orçamentária no Poder Executivo.

**Nota 2 – Saldos de Exercícios Anteriores** – Esse montante refere-se à abertura de crédito adicional por superávit financeiro na fonte 0500-Recursos não vinculados de impostos, no valor de R\$ 22.652.015,65 (Decreto nº 59.898/25), e na fonte 075957-FUNSEG, no valor de R\$ 30.000.000,00 (Decretos nº 58.216/25 e 58.602/25). Tais suplementações utilizam a totalidade do superávit apurado em 2024 da fonte 0500 e 78% da fonte 075957.

**Nota 3 – Dotação Atualizada** – Em relação à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 99.852.015,65. Esse montante resulta de suplementações decorrentes de créditos adicionais, demonstradas no quadro abaixo.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Superávit Financeiro - TJ) <sup>1</sup>	Suplementação (Excesso de Arrecadação) <sup>2</sup>	Suplementação (Anulação de Despesa de Outras UG's do Estado) <sup>3</sup>	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b + c + d)
2.551.669.600,00	52.652.015,65	17.000.000,00	30.200.000,00	2.651.521.615,65

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Detalhamento na nota 2.

<sup>2</sup> Fonte 0500 (recursos não vinculados de impostos), previsto no Decreto nº 59.899/25.

<sup>3</sup> Fonte 0500 (recursos não vinculados de impostos), conforme Decreto nº 58.847/25 e Lei nº 19.126/25.

**Nota 4 – Despesas Empenhadas**– Atingiram o montante de R\$ 2.624.643.515,81, correspondendo a 98,99% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 26.878.099,84.

**5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa**

Em observância ao Item 2.3, subitem J, Parte V do MCASP, 11ª edição, segue abaixo a conciliação de dados do Balanço Orçamentário com informações extraídas da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração de Fluxos de Caixa.

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício 2025	
(+) Receitas Correntes (Arrecadadas)	44.484.210,29
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	2.545.046.300,00
(+) Repasse Financeiro Recebido	2.445.586,65
(-) Despesas Correntes Pagas	(2.592.526.347,34)
(-) Restos a pagar de 2024 pagos em 2025 ref. Atividades Operacionais	(4.530.870,25)
(=) Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (i)	(5.081.120,65)
(+) Receitas de Capital (Arrecadadas)	0,00
(-) Despesas de Capital Pagas	(24.434.523,17)
(=) Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (ii)	(24.434.523,17)
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (iii) = (i) + (ii)	(29.515.643,82)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

### **6. Balanço Financeiro**

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Sua elaboração segue as orientações contidas na IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, além do disposto no MCASP.

**Nota 1 – Receita Orçamentária** – A receita está apresentada líquida das deduções. Dessa forma, houve a dedução de R\$ 10.107,24 nesse exercício, correspondente à restituição de recursos do FUNSEG (fonte 075957).

**Nota 2 – Saldo para o Exercício Seguinte** – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 48.966.120,37, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2024, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.

Destaca-se que o incremento no Saldo Financeiro em 2025 foi impactado principalmente pela elevação do montante dos Precatórios sob a guarda do TJPE, evidenciado na linha “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”.

Saldo Final 31/12/2025	Saldo Final 31/12/2024	Resultado Financeiro 2025
(a)	(b)	(c) = (a - b)
214.119.962,98	165.153.842,61	48.966.120,37

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

### **7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**

Elaborada pelo método direto, a DFC apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Quanto ao fluxo de caixa extraorçamentário, inerente à execução orçamentária, este decorre do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, contempla a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representando ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

**Nota 1 – Transferências Recebidas** – Compreendem os repasses financeiros do Poder Executivo, destacando-se o aporte de R\$ 2.545.046.300,00 a título de duodécimos. Tais recursos destinam-se à cobertura de gastos na fonte 0500-Recursos não vinculados de impostos, conforme previsão na LOA e suplementações autorizadas pela Lei nº 19.126/25 e pelo Decreto nº 58.847/25. Adicionalmente, o montante contempla o repasse de R\$ 2.445.586,65 oriundo de operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025. Esses valores, classificados na fonte 0754, são vinculados ao projeto de transformação digital do TJPE e são considerados no fluxo das atividades operacionais pelo fato da receita de operações de créditos ser reconhecida pelo Poder Executivo, repassada ao Judiciário como transferência financeira.

**Nota 2 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** – Corresponde à soma do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, ocorrendo uma redução, no exercício de 2025, no montante de R\$ 29.515.643,82.

**Nota 3 – Geração Líquida Extraorçamentária** – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2025, em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 78.481.764,19. Esse acréscimo é reflexo do incremento no montante de precatórios sob a guarda do TJPE.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025**

**8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos**

Em observância ao item 15 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 301/2025, que dispõe sobre as Notas Explicativas, apresenta-se a tabela abaixo referente à movimentação das fontes de recursos, contendo o saldo inicial da disponibilidade por destinação de recursos e respectivas entradas, saídas e saldo final.

Discriminação	Fontes				Total
	0500000000-Recursos não vinculados de Impostos	0754005710-Recursos de Op. de Crédito - Execução do Projeto de Transformação Digital do TJPE	0755000000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0759570000-Recursos vinculados a Fundos -Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG <sup>1</sup>	
Saldo inicial 2024 (I)	22.652.015,65	-	462.954,82	38.413.414,98	61.528.385,45
Entradas (II)	2.570.600.226,72	2.478.744,76	65.345,95	18.841.886,75	2.591.986.204,18
Duodécimos e Repasses Recebidos	2.545.046.300,00	2.445.586,65	-	-	2.547.491.886,65
Receitas Orçamentárias	25.553.926,72	33.158,11	65.345,95	18.841.886,75	44.494.317,53
Saídas (III)	2.583.897.419,80	-	-	40.756.203,25	2.624.653.623,05
Restituição de Receitas	-	-	-	10.107,24	10.107,24
Despesas Liquidadas	2.583.897.419,80	-	-	40.746.096,01	2.624.643.515,81
Saldo Final 2025 (IV) = (I) + (II) - (III)	9.354.822,57	2.478.744,76	528.300,77	16.499.098,48	28.860.966,58

<sup>1</sup> Lei Estadual nº 16.521/2018.  
Fonte: e-Fisco Financeiro

Recife, 17/03/2026.

Carleide Maria Bezerra  
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Francisco Bandeira de Mello  
Presidente